

CONV 343/02**WG VIII 9****NOTA DE SÍNTESE**

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII)
Assunto:	Síntese da reunião de 4 de Outubro de 2002

Resultados dos trabalhos

1. Audições de Corrado Antonini, Presidente da EDIG, Jean-Louis Gergorin, Vice-Presidente da EADS, Laurent Giovacchini, Director no Ministério da Defesa de França, Peter Lundberg, Assistente do Director-Geral da Agência de Equipamento Militar da Suécia, e Anthony Parry, representante da BAE Systems em Bruxelas

O Grupo tomou nota das exposições feitas pelos supramencionados peritos convidados a respeito da política de armamento.

Corrado Antonini frisou a importância do objectivo de uma política europeia de armamento consolidada com base na reciprocidade do acesso ao mercado, na harmonização dos requisitos operacionais militares e, a longo prazo, na criação de uma Agência Comum do Armamento. Além disso, preconizou o incremento dos recursos para a I&D, a isenção do Pacto de Estabilidade para os investimentos a longo prazo na defesa, bem como uma melhor coordenação dos processos de aquisição.

Jean-Louis Gergorin realçou a diferença abissal entre a Europa e os EUA no que respeita aos níveis de investimento em I&D no sector da defesa. Preconizou a criação de uma Agência Europeia de Investigação em matéria de Segurança e Defesa, assente no princípio da participação voluntária, mas com critérios de admissão. Será esta a única forma de conseguir uma indústria europeia da defesa competitiva. A indústria deveria poder beneficiar do financiamento comunitário para a investigação; a actual estrutura da OCCAR poderia ser reforçada e colocada sob o controlo da agência cuja criação se propõe.

Laurent Giovacchini sublinhou a especificidade da indústria da defesa, que requer soluções específicas. O desenvolvimento de projectos transnacionais tem sido dificultado pela falta de perspectivas militares comuns, mas esta situação deverá melhorar nos próximos anos. É necessário definir regras comuns para as aquisições e conseguir uma maior participação nos programas, recorrendo à OCCAR e à LOI. Os instrumentos do Primeiro Pilar têm um papel a desempenhar na indústria da defesa, onde também há lugar para mecanismos que permitam disponibilizar fundos de arranque para a investigação.

Peter Lundberg descreveu as mudanças registadas ao longo dos últimos anos na indústria da defesa sueca, cujo objectivo deixou de ser a defesa contra a invasão e que procurou adaptar-se às novas ameaças. A indústria deixou de ter uma base essencialmente nacional, sendo agora substancialmente detida por estrangeiros, fortemente consolidada e mais pequena de um modo geral. Os novos projectos necessitam agora invariavelmente de parceiros para disporem de recursos suficientes.

Anthony Parry destacou os problemas que se levantam à indústria da defesa europeia, cada vez mais marginalizada, e o risco de que as empresas europeias venham a perder a sua capacidade de actuar autonomamente. A resposta a esta situação deverá assentar na abertura dos mercados, na harmonização dos requisitos e na consolidação. Mas é necessário que exista vontade política para o fazer. Quanto à criação de uma agência, importa primeiro implantar firmemente a PESD e fazer com que funcione em pleno. A. Parry assinalou o desafio que o alargamento representa para o futuro da indústria da defesa europeia.

2. Troca de impressões sobre a política de armamento

O Presidente convidou os membros do Grupo a dar resposta às questões levantadas durante as exposições dos peritos, centrando-se especificamente nas quatro perguntas formuladas na ordem do dia da reunião.

Diversos membros do Grupo afirmaram que seria prematuro definir uma política de armamento enquanto não existir uma PESC (e em particular uma PESD) sólida e operacional. Alguns preconizaram que no Tratado seja consagrada uma política de armamento definida de comum acordo. Segundo vários membros, isso também implica uma definição da ameaça militar. Foram formuladas algumas perguntas sobre a possibilidade de abrir o mercado do armamento a uma maior concorrência e sobre o desenvolvimento de uma política de fundo para os armamentos que atribua um papel à Comissão. Alguns membros consideraram necessário ponderar a criação de uma agência de armamento, eventualmente baseada em empresas cooperativas como a OCCAR, mas dispondo de um mandato alargado que poderia abranger as aquisições. A agência deveria ter na devida conta os – extremamente diferentes – interesses dos Estados-Membros neste sector. Poderia estar aberto o caminho para uma agência que funcionaria com base no voluntariado. Em alternativa, poderia manter-se uma cooperação assente em mecanismos específicos acordados entre os interessados.

Houve da parte dos peritos um amplo acordo no sentido de considerar que a definição da ameaça e uma PESC plenamente operacional constituem um pré-requisito para uma política de armamento. No entanto, é evidente que os dividendos da paz já estão esgotados e que são necessários recursos acrescidos. Foi reconhecida a necessidade de tratar a indústria de armamento de um modo diferente dos outros sectores. Há margem para uma abertura ainda maior do mercado (embora se tenha observado que a indústria europeia já está mais aberta do que a dos EUA) e um certo grau de concorrência, mas tudo isto deve ser ponderado tendo em conta a exigência da interdependência e segurança do aprovisionamento. A proposta de criação de uma agência de armamento (com as várias opções traçadas) merece ser analisada seriamente, e a Comissão terá certamente um potencial papel a desempenhar neste contexto caso se decida seguir esta via.

O Presidente frisou a necessidade de uma política de armamento que possa servir de alicerce à PESD e dotar a Europa de uma base de investigação adequada. Atendendo à grande diversidade de interesses dos Estados-Membros neste domínio, haverá que ponderar soluções variadas e suficientemente flexíveis. Será necessário desenvolver a proposta de criação de uma agência de armamento, baseada na experiência de empresas cooperativas como a OCCAR, ou que a elas recorra.
